

---

## **Estudos críticos do discurso – um referencial teórico-metodológico para a pesquisa qualitativa**

---

Gissele Alves<sup>1</sup>

### **1. Introdução**

Os Estudos Críticos do Discurso (ECD) se configuram uma abordagem teórico-metodológica aberta ao tratamento de diferentes práticas e redes de práticas dos diversos domínios da vida social, capaz de mapear relações entre os recursos semióticos (linguísticos ou multimodais) de que se valem atores sociais e/ou grupos de atores e aspectos da rede de práticas de que a interação discursiva é parte. Isso porque, ontologicamente, os ECD assumem a linguagem, as semioses, como parte irredutível da vida social dialeticamente interconectada a outros elementos, entre os quais, destaco, as atividades materiais e as (inter)ações sociais. Por outras palavras, para os ECD, textos são partes de eventos sociais e como tal têm, potencialmente, efeitos causais, ou seja, podem possibilitar ou constringer mudanças na realidade social.

---

<sup>1</sup>Doutora em Linguística pela Universidade de Brasília/UnB – Brasil e mestre em Linguística também pela Universidade de Brasília/UnB - DF. Especialista em Leitura e Produção de Textos pela Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI – SC e licenciada em Letras Português-Inglês e suas respectivas literaturas também pela UNIVALI. Docente do Instituto Federal de Brasília/IFB, membro do Núcleo de Estudos de Linguagem e Sociedade do Centro de Estudos Avançados Multidisciplinares da Universidade de Brasília –NELIS/CEAM/UnB e dos grupos de pesquisas: GECRIA- “Educação Crítica e Autoria Criativa” PPGL/Unb e Linguagem e Práticas Sociais CSSB/IFB e sócia da Associação Latinoamericana de Estudos do Discurso/ALED. Pesquisadora em Estudos Críticos do Discurso, Estudos Críticos do Letramento e Sociologia da Educação e da Juventude com foco em construções identificacionais, representações discursivas, discursos do letramento, educação superior e juventudes. E-mail: 2440847@etfbsb.edu.br. Orcid: 0000-000299825736

Desse modo, o estudo do referencial dos ECD se justifica e, assim, sua adoção, em potencial, para pesquisas de perspectiva crítica, como já salientado, em diversos campos e áreas do conhecimento, uma vez que a análise interdiscursiva, que é textualmente orientada e sociologicamente embasada, possibilita estudar e escrutinar o discursivo e entender e analisar o não discursivo – as relações e inter-relações que se estabelecem entre as duas dimensões – nas práticas sociais e redes de práticas relacionadas a um campo, como por exemplo, redes de práticas pertinentes à Educação Profissional e Tecnológica.

Destarte, este capítulo tem como objetivo precípua apresentar a abordagem teórico-metodológica dos Estudos Críticos do Discurso a fim de subsidiar pesquisas qualitativas de cunho crítico e, assim, tanto ampliar as possibilidades de acercamento e de análise de problemas de pesquisa em diferentes campos de estudo – como a sociologia, a comunicação, o direito, a educação, a educação profissional e tecnológica – como estreitar o diálogo entre os ECD e outros campos e áreas vinculados à perspectiva crítica.

Sendo assim, a presente proposta tem por preocupação alcançar linguistas e não linguistas e por orientação contemplar a complexidade dos ECD, visto que é uma abordagem tanto teórica quanto metodológica. Para tal feito, o texto trata, na primeira seção, sumariamente, do processo de construção do próprio campo da Análise de Discurso Crítica (ADC) aos ECD; na segunda seção, dos principais pressupostos que fundamentam ontológica, epistemológica e metodologicamente os ECD; na terceira seção, da relação entre os ECD e a Pesquisa Qualitativa, cujo foco será a dimensão metodológica do constructo, abordando, nas subseções, desdobramentos e implicações dessa relação – do enquadre da crítica explanatória à análise interdiscursiva por meio de exemplificação de aplicação de categorias analíticas a um recorte de corpus de pesquisa.

## **2. Da Análise de Discurso Crítica aos Estudos Críticos do Discurso - uma abordagem aberta e interdisciplinar em construção**

Na história das ciências modernas constituída, cumpre ressaltar, sob a égide do “paradigma dominante” de que trata Sousa Santos (2008), a linguística se coloca como campo e ascende ao status de ciência só no início do século XX. Tal feito se deve sobretudo ao trabalho de Saussure que, pautado pelo paradigma

dominante e vigilante das fronteiras que instituíra, delimitou o estudo da linguagem à “língua” como um sistema fechado, autônomo, por isso, a isolou nela por ela mesma como “o objeto” de estudo (ALVES, 2021).

Nesse processo de constituição, forjado pela tensão entre dominância e insurgência, como assinalado em Alves (2021, p.113), entram em cena “novas” perspectivas teóricas e metodológicas, como “a sociolinguística, a semântica, a pragmática, a linguística textual, a linguística crítica, a análise de discurso, que fazem figurar, dentro das tão vigiadas fronteiras, as variedades, os sentidos, os usos, o texto, o discurso”. Nessa tensão, os estudos linguísticos críticos ganham papel de destaque.

Cumprido, pois, fazer um realce sobre o termo “crítico” em “estudos linguísticos críticos”. Como assinala Wodak (2001), inicialmente, esse termo se referia à influência da Escola de Frankfurt ou de Habermas. Entretanto, atualmente, abrange tanto o engajamento social e político e a prática teórica sociologicamente embasada, como também, o compromisso de dar visibilidade à natureza interligada das coisas, conforme destaca Fairclough (2010 [1995]).

No que toca às diferentes abordagens para análise de discurso, o autor assinala que a distinção entre as “críticas” e “não-críticas” se dá, sobretudo, “segundo a natureza de sua orientação social para o discurso”<sup>2</sup> (FAIRCLOUGH (2001 [1992], p. 31-32). Por outras palavras, as abordagens críticas se diferem não só na descrição das práticas linguístico-discursivas, mas também por evidenciarem o caráter constitutivo e constituinte do discurso, que, comumente, nos mais diversos domínios, como o da academia e o do trabalho, não está aparente aos atores sociais.

Desde o final do século XX, estudiosos e pesquisadores de diferentes áreas passaram a considerar que mudanças no uso da linguagem estão ligadas a questões e processos sociais e culturais mais amplos. Consequentemente, a análise linguística passa a ser reconhecida entre os métodos úteis para o estudo da mudança social, segundo Fairclough (2001 [1992], p. 19). Entretanto, segundo o autor, não havia, ao menos até os anos de 1980, uma abordagem tanto teórica quanto metodológica coerentemente ancorada à dimensão ontológica, de modo a analisar a linguagem como parte irredutível da realidade social. Era, portanto, preciso, conforme

---

<sup>2</sup>Traduções de citações de obras em inglês são traduções livres realizadas por mim.

defende Fairclough (2001 [1992]), preencher tal lacuna resultante, entre outros fatores, do isolamento dos estudos linguísticos dos estudos das demais ciências sociais, dado o papel hegemônico, na linguística, de paradigmas formalistas e cognitivos, em que se destacam as tradições estruturalista e gerativista das escolas de Saussure e Chomsky.

Fora nesse cenário que, durante um simpósio em Amsterdã, no início dos anos de 1990, em que estiveram reunidos Ruth Wodak, Gunther Kress, Norman Fairclough, Teun van Dijk e Teo van Leeuwen, a Análise de Discurso Crítica se constituiu como campo de investigação. Segundo salienta Wodak (2001, p. 4), nesse evento, os estudiosos debateram suas propostas de estudos e de pesquisas discursivas, aqui e ali, descoincidentes, mas não incongruentes e, assim, considerando “diferenças em relação a outras teorias e metodologias em análise do discurso [...], e semelhanças numa forma programática que poderiam estruturar as diferentes abordagens teóricas”, iniciava-se a formação do grupo.

Desse modo, como evidenciado, a ADC configura-se por uma tecitura de abordagens teórico-metodológicas de perspectiva crítica e de cunho interdisciplinar. Logo, por consequência, a ADC se assume instável e se pretende aberta a relações sustentáveis, diálogos profícuos e intercâmbios efetivos com outros campos de estudo, em especial, os filiados às Ciências Sociais Críticas, em favor de análises de discurso textualmente orientadas e assentadas nas diferentes dimensões da realidade social para o estudo da linguagem e da vida social (ALVES, 2021; CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999). Em síntese, AADC se constitui um campo de estudo heterogêneo, instável e aberto, por isso, em construção, que reúne uma diversidade de perspectivas teóricas e metodológicas que estuda o discurso em práticas ou redes de práticas de domínios sociais diversos (ALVES, 2021; RAMALHO; RESENDE, 2011; WODAK, 2001).

Destarte, segundo destaca Alves (2021), como um desdobramento e aprofundamento da Análise de Discurso Crítica, vem se tecendo os Estudos Críticos do Discurso, os ECD, os quais

[...] formam e são formados por uma rede de estudiosas/os com suas respectivas e diferentes práticas teóricas e/ou metodológicas que conferem heterogeneidade ao campo de investigação, que, por sua vez, possibilita sua abertura e instabilidade propícias à consecução de uma heterodoxia controlada capaz de dar conta da complexidade da realidade em estudo (ALVES, 2021, p. 120).

Essa tecitura, conforme salienta a autora, “segue em construção, atravessou mares, vem se estendendo pelo Hemisfério Sul, alcançou a América Latina e o Brasil”. Estudiosas/os latino-americanas/os, com destaque para pesquisadoras/es brasileiras/os, têm participado da construção dos ECD como teoria e método para pesquisa discursiva, “tanto a questionar as abordagens já legitimadas no Norte como a propor ‘novas’ possibilidades epistemológicas e/ou metodológicas” (ALVES, 2021, p. 121). No Brasil, são numerosos os trabalhos desenvolvidos por e entre estudiosas/os do discurso, cumpre, pois, aqui destacar alguns desses trabalhos, a saber, de Dias (2011, 2015); Magalhães (1986, 2000); Resende (2009, 2019); Rios (2009, 2010); Ramalho (2010) e Vieira (2019).

Desse modo, segundo ressalta Alves (2021, p. 118), por meio de um movimento que ao estreitar laços entre pressupostos da linguagem e do discurso alarga as fronteiras entre os estudos linguísticos e a teoria social, os Estudos Críticos do Discurso favorecem “uma outra configuração, um novo cenário, ainda em curso, e se soma a ele, no domínio das ciências: ‘o paradigma emergente’ de que fala Sousa Santos (2008)”.

### **3. Pressupostos fundamentais – sustentando e entrelaçando as dimensões ontológica, epistemológica e metodológica dos Estudos Críticos do Discurso**

Antes de mais nada, é preciso enfatizar que a realização de pesquisas em ECD exige coerência entre ontologia, epistemologia e metodologia. Cumpre, então, sucintamente apresentar a distinção entre essas três dimensões, a saber, a **dimensão ontológica** refere-se ao modo como se entende a natureza do mundo social, aos elementos considerados essenciais da realidade social; a **dimensão epistemológica** refere-se aos modos pelos quais se pode gerar conhecimento sobre a realidade social e a **dimensão metodológica** refere-se aos modos como se planeja o trabalho de pesquisa (da seleção do problema de pesquisa às escolhas das práticas de pesquisa - estratégias e instrumentos - de geração, sistematização e análise de dados).

Isso posto, da dimensão ontológica, nos Estudos Críticos do Discurso, consideramos<sup>3</sup> a **vida social** como um sistema aberto,

---

<sup>3</sup>A escolha da marcação da primeira pessoa do discurso guarda coerência com a perspectiva da abordagem dos ECD, é, pois, uma escolha criticamente posicionada.

por isso, passível de mudança e, conseqüentemente, tomamos a **linguagem** (e outras semioses) como parte irredutível da vida social interconectada a outros elementos do social em todos os níveis (FAIRCLOUGH, 2003, p. 24).

Desse modo, do diálogo com o Realismo Crítico de Collier (1994), Archer (1995), Sayer (2000) e, sobretudo, de Bhaskar (1986), nos ECD, assumimos tais pressupostos ontológicos e, por conseguinte, consideramos a existência de um mundo real, incluindo o social, que independe do nosso conhecimento sobre ele. Nessa e para essa abordagem, adotamos a premissa de que a realidade não pode ser acessada diretamente e que “a realidade (o potencial e o realizado) não pode ser reduzida ao nosso conhecimento sobre ela, que é contingente, mutável e parcial”, como pontua Fairclough (2003, p. 14).

Logo, em função desses pressupostos, nos Estudos Críticos do Discurso, adotamos uma **ontologia estratificada** do mundo social, ou seja, estruturas e eventos sociais correspondem a diferentes estratos da realidade social com diferentes propriedades. A realidade social é estratificada em três domínios, a saber, i) o “potencial”, que é o domínio das estruturas com seus “poderes causais” associados; ii) o “realizado”, que é o domínio de eventos e processos sociais; iii) o “empírico”, que é a parte do realizado que é percebida pelos atores sociais. Os dois primeiros estratos referem-se à dimensão ontológica e o último à dimensão epistemológica (FAIRCLOUGH, 2015).

Em função dessa adoção, consideramos, no que diz respeito à relação entre os elementos da estruturação social e discursiva, que,

[...] no nível do potencial abstrato, a estrutura relaciona-se ao sistema semiótico/linguístico; no nível do concreto realizado, o evento relaciona-se ao texto. Para focar na estruturação discursiva, há uma lacuna entre abstração do sistema semiótico e a concretude dos textos cuja relação não se dá de forma direta. A mediar essa lacuna estão as ordens de discursos como entidade intermediária – que se relacionam às práticas sociais – a possibilitar e a constringer o alçar a abstração do sistema semiótico e a realização de textos, entendidos como elementos de eventos (ALVES, 2021, p. 132).

Cumpra, pois, retomar que, para a abordagem dos ECD, a vida, natural e social, é entendida como um “sistema aberto”, ou seja, passível de mudança, ainda que simultaneamente qualquer evento sofra constringimentos de “mecanismos operativos” ou “poderes

generativos”. Isso significa, como explanado em Alves (2021), que as diferentes dimensões da vida – biológica, psicológica, social – têm suas estruturas distintas e distintivas próprias que, por sua vez, têm efeitos generativos distintos sobre os eventos por meio de mecanismos particulares (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 19 e 21).

Assim, segundo os autores, a ativação de qualquer mecanismo é sempre mediada pela ativação de outros mecanismos, logo, nenhum mecanismo tem efeito determinante sobre qualquer evento. Significa dizer que os eventos são complexos e não previsíveis, ou seja, não são meros efeitos de mecanismos estruturais. Em síntese, a perspectiva ontológica assumida pelos ECD considera a vida como um sistema aberto – constituída por práticas, ou melhor, por redes de práticas – sem desconsiderar os estrangulamentos das estruturas que a conformam e nela são conformadas de modo complexo.

Dessa assunção, em Chouliaraki e Fairclough (1999), está proposta uma mudança crucial à abordagem, na dimensão epistemológica e, por conseguinte, na metodológica, para o acercamento da complexidade da vida social, que, como explanado acima, ontologicamente, é assumida como estratificada e complexa, logo não pode ser reduzida ao discurso. Assim, o discurso é redimensionado e a prática social passa a ocupar centralidade na abordagem dos Estudos Críticos do Discurso.

Isso posto, cumpre elucidar a conceituação, incorporada do materialismo histórico-geográfico de Harvey (1996), de “**prática social**”, a saber, são “maneiras habituais, atadas em tempos e espaços particulares, pelas quais pessoas aplicam recursos materiais e simbólicos para agirem juntas no mundo”. As práticas são constituídas na vida social tanto em domínios especializados, como por exemplo o das ciências, quanto no domínio da cultura, incluída a vida cotidiana. A prática social é o “ponto de conexão entre estruturas abstratas e seus mecanismos e eventos concretos – entre ‘sociedade’ e pessoas vivendo suas vidas”, essa é a centralidade da prática (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 21).

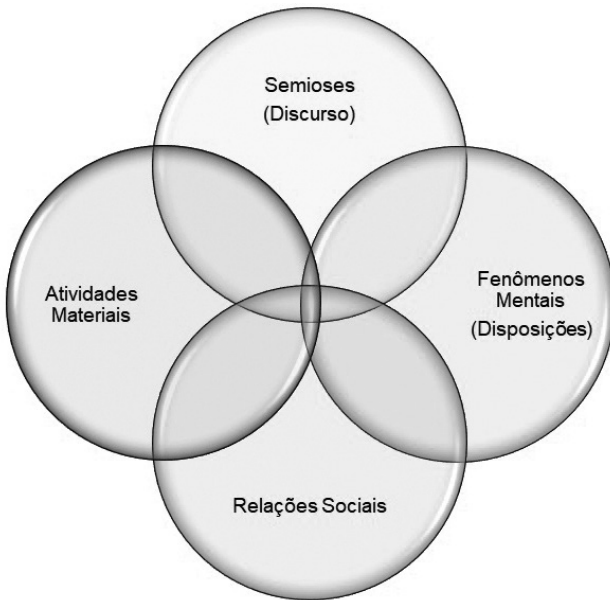
Importa, então, destacar três características principais das práticas, quais sejam, i) “são formas de produção da vida social” (produção nos diversos domínios que não só o econômico, entre os quais, cultural, político, acadêmico); ii) “toda prática está localizada dentro de uma rede de relações com outras práticas” (essas relações “externas” impactam sua constituição “interna”); iii) “as práticas têm sempre uma dimensão reflexiva: as pessoas sempre

geram representações do que fazem como parte do que elas fazem” (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 22).

Desse modo, dada a centralidade da prática social, os autores deslocam o **discurso** e o tomam como o elemento semiótico das práticas que se articulam dialeticamente a outros três elementos, a saber, relações sociais, atividades materiais e fenômenos mentais (quanto a este último elemento, em Alves (2021), está proposta a conceituação de “disposições”<sup>4</sup>), que, em práticas e eventos situados, são considerados momentos e se internalizam sem se reduzirem um ao outro (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 61).

Assim, para melhor compreensão, os movimentos de articulação e internalização que se dão dialeticamente entre os **momentos da prática** estão representados na figura 1

**Figura 1 – Movimentos da prática social**



Relação dialética de articulação e internalização irredutíveis entre os momentos da prática- Adaptado de Alves (2021).

---

<sup>4</sup>Segundo operacionalização conceitual proposta em Alves (2021), com amparo em Bourdieu (2004 [1987]), Lahire (2001, 2004) e Lopes (2015), “disposições” pressupõem a tríade dos modos de “sentir, pensar e agir”.



Destarte, cumpre elucidar, sucintamente, a conceituação de discurso adotada nos ECD. Com base em Fairclough (2003, p. 26), para os ECD, “**discurso**” assume duas acepções imbricadas uma na outra, a saber, i) a mais abstrata refere-se às semioses (linguagem e outras modalidades) como elemento irredutível da vida social; ii) a mais concreta refere-se aos modos particulares de representar aspectos do mundo. Na primeira acepção, discurso, em práticas sociais, corresponde, como abordado acima, ao momento semiótico que dialeticamente se articula aos outros momentos das práticas, relações sociais, atividades materiais e disposições. Na segunda acepção, discurso, gênero e estilo referem-se à configuração interna do momento semiótico/discursivo das práticas, ou seja, correspondem aos três elementos da “ordem de discurso”.

Dessa maneira, como enfatiza Dias (2015), discurso não representa simplesmente a semiose/linguagem em uso. Isso porque, como assinala Alves (2021), a semiose/linguagem em uso implica tensionamentos entre dominação e resistência, conformação e reconfiguração, manutenção e mudança e se implica a essas tensões que caracterizam a instabilidade do poder hegemônico e apontam para a vida social como um sistema aberto.

Importa, então, destacar a conceituação de hegemonia, tomada de Gramsci (1995), e de ideologia, com base em Thompson (2011), os quais são extremamente importantes aos Estudos Críticos do Discurso. Isso porque, segundo enfatiza Fairclough (2003, p. 58), “buscar por **hegemonia** é uma questão de buscar universalizar sentidos particulares no trabalho de alcançar e manter dominação e isso é um trabalho ideológico”. Desse modo, aos ECD interessam, sobretudo, textos que atualizam discursos ideológicos. Como por exemplo, textos em que são atualizados e articulados discursos ideológicos sobre a “reforma trabalhista” que a representam como “uma realidade inquestionável e inevitável”, e, assim, dissimulam e ocultam a retirada de direitos e garantias dos/as trabalhadores/as e a precarização das relações e condições de trabalho que condenam à exploração e à exclusão grandes contingentes de brasileiros e brasileiras.

O conceito de hegemonia possibilita a percepção de que, nas sociedades capitalistas contemporâneas, as relações de dominação se estabelecem e, relativamente, se mantêm mais pelo consenso e aquiescência do que apenas pela coerção. Conseqüentemente, essa conceituação favorece o desvelamento do papel da ideologia<sup>5</sup>

---

<sup>5</sup>Para aprofundamento sobre os modos de operação da ideologia ver Thompson, 2011, p. 71 – 99.

na sustentação de relações de dominação, de discursos ideológicos que naturalizam assimetrias de poder, legitimam práticas excludentes, dissimulam interesses e visões particulares como se universais fossem nas lutas pelos bens simbólicos e materiais. (CHOULIARAKY; FAIRCLOUGH, 1999; FAIRCLOUGH, 2003). Por oportuno, os ECD adotam a conceituação crítica de **ideologia** de Thompson (2011, p. 79), qual seja, “maneiras como o sentido, mobilizado pelas formas simbólicas [linguagem e outras semioses], serve para estabelecer e sustentar relações de dominação”.

Assim, dada sua perspectiva dialético-relacional, a abordagem dos ECD enfoca o conflito social e, para tanto, ocupa-se de problemas sociais parcialmente discursivos. Isso significa, segundo Alves (2021, p. 131), que os ECD buscam evidenciar como as semioses (linguagem e outras modalidades - imagem, som, cor), mobilizadas e materializadas em textos (orais, escritos ou multimodais) em eventos, em práticas situadas ou redes de práticas contextualizadas, “atualizam discursos que contribuem para manutenção e legitimação de desigualdades, de assimetrias de poder, de contextos de dominação e exclusão ou os contestam e imprimem resistência na direção da mudança”.

Isso porque, conforme sublinha a autora, os Estudos Críticos do Discurso rejeitam não só a perspectiva do determinismo, que considera de forma absoluta a estabilidade da estrutura, como também a do voluntarismo, que coloca toda a ênfase sobre a atividade concreta e a superestima. Segundo pontua a pesquisadora, nos ECD, a ação social – “de que o discurso é parte constituinte e constitutiva – é vista como constrangida por relativas permanências que continuamente reproduz ou paulatina e criativamente transforma” (ALVES, 2021, p. 131). Em síntese, as estruturas sociais podem ser parcialmente sustentadas e/ou transformadas pela ação social. Dito de outro jeito, a estrutura, ou seja, a dimensão institucional das práticas, conforme advogam Giddens (2000) e Bhaskar (1989), é tanto condição como recurso à agência – incluída sua faceta discursiva.

A fim de dar conta dessa complexidade, Fairclough (2003) aprofundou o diálogo com a Linguística Sistêmico-Funcional (LSF)<sup>6</sup> – uma abordagem teórica e de análise linguística orientada pelo caráter social dos textos – e, assim, propôs a associação dos conceitos de gêneros, discursos e estilos (modos relativamente estáveis de ação discursiva, de representação discursiva e de

---

<sup>6</sup>Para aprofundamentos ver Halliday e Matthiessen (2004)

identificação discursiva), respectivamente, aos significados acional, representacional e identificacional. Esses conceitos são simultaneamente discursivos e sociais, conforme assinala o autor:

O nível do discurso é aquele no qual as relações entre gêneros, discursos e estilos são analisadas – eu as chamo de relações ‘interdiscursivas’. O nível do discurso é intermediário, um nível que medeia entre o texto per se e seu contexto social (eventos, práticas e estruturas sociais). Discursos, gêneros e estilos são elementos de textos e são também elementos sociais. Nos textos eles são organizados em relações interdiscursivas, relações nas quais diferentes gêneros, discursos e estilos podem ser ‘misturados’, articulados e tecidos de maneira particular. Como elementos sociais, são articulados de maneira particular em ordens de discurso – os aspectos linguísticos de práticas sociais nos quais a variação linguística é socialmente controlada. Esses itens fazem a ligação entre o texto e outros elementos do social, entre as relações internas do texto e suas relações externas (FAIRCLOUGH, 2003, p. 37).

Desse modo, cumpre ressaltar que, embora para propósito analítico os três aspectos do significado precisem ser distinguidos, eles não são totalmente separados, “há um sentido em que cada um internaliza os outros”. Assim, como explica o autor, “Representações particulares”, ou seja, “discursos” (perspectiva de mundo, modo de representar aspectos do mundo) podem desempenhar de modo particular “Ações e Relações”, ou seja, “gêneros” (maneiras relativamente estáveis de ação e interação discursivas) e apontar modos de “Identificação”, ou seja, “estilos” (modos de identificação de si e do outro). Em síntese, o “ponto principal é que a distinção entre os três aspectos do significado e entre gêneros, discursos e estilos é uma distinção analítica necessária que não os impede de ‘fluírem’ uns nos outros de várias maneiras” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 29).

Cumpre, pois, sucintamente, discorrer sobre os três significados do discurso. Por primeiro, o **significado representacional**, que enfatiza a representação em textos. Assim, segundo destaca Fairclough (2003, p. 124), diferentes discursos são perspectivas particulares do mundo e estão associadas às diferentes relações que os atores sociais estabelecem com os outros e com o mundo, que, por sua vez, dependem de suas posições no mundo. Logo, quando diferentes discursos entram em conflito e discursos particulares são contestados, a contestação central, segundo sublinha Fairclough (2003), é o poder de gerar visões particulares do mundo que possam ter o poder performativo de sustentar ou refazer o mundo.

Por segundo, o **significado identificacional**, que aponta para construções identificacionais em textos. Como assinala o autor, quem se é, está parcialmente relacionado com como se fala, como se escreve, ou seja, com o estilo, que, cumpre reforçar, é o aspecto discursivo das formas de identificação. O processo de identificação é complexo, como bem avalia Fairclough (2003), não é um processo meramente discursivo. Assim, em relação ao significado identificacional, Alves (2021), por reconhecer os limites do que é possível acessar, por meio da materialidade textual, da complexidade que envolve identidade, propõe como categoria “construções identificacionais”.

Por último, o **significado acional**, que enfoca o texto como modo de ação e interação. Assim, conforme observa Fairclough (2003), em práticas ou redes de práticas, ação e interação nunca são apenas discursivas, mas, podem ser predominantemente discursivas. Isso significa que, em práticas situadas ou redes de práticas, agimos e interagimos discursivamente por meio dos gêneros discursivos, como “artigo acadêmico, “projeto de pesquisa”, “dissertação de mestrado” ou cadeias de gênero, por exemplo, “lei”, “resolução”, “normativa”, no domínio institucional, ou “publicação” e “comentários”, nas ditas “redes sociais”, entre outros. Como bem avalia o autor, “cadeias de gênero contribuem para a possibilidade de ações que transcendem diferenças no espaço e no tempo, ligando eventos sociais a práticas sociais diferentes, países diferentes, tempos diferentes”, o que favorece a capacidade para “ação à distância” e, assim, o exercício de poder (FAIRCLOUGH, 2003, p. 31 e 35).

Importa, pois, sublinhar que, a depender do problema social parcialmente discursivo de que se ocupa a investigação, das questões de pesquisa que persegue e dos objetivos traçados e do decorrente desenho da pesquisa, lançamos foco a um ou a outro significado, isto é, não, necessariamente, enfocamos os três significados do discurso numa dada investigação.

Isso posto, dadas as assunções de dimensão ontológica que implicam a epistemológica, a fim de guardar correspondência com a dimensão metodológica e, assim, cumpre reforçar, garantir consistência e coerência à abordagem, o trabalho de análise de discurso não se reduz à análise linguística de textos somente. Para os ECD, o trabalho analítico, necessariamente, opera por dois focos, a saber, i) textos específicos, a parte semiótico-discursiva de eventos sociais, e ii) “ordens de discurso”<sup>7</sup>, que correspondem a “combinações ou configurações particulares de gêneros, discursos e estilos

---

<sup>7</sup>Conceito operacionalizado de Foucault (1971) “A totalidade de práticas discursivas dentro de uma instituição ou sociedade e o relacionamento entre elas.”

[relativamente estáveis], que constituem o aspecto discursivo das redes de práticas” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 3).

Desse modo, tendo em conta esses dois focos, Fairclough (2003) propõe a “**análise interdiscursiva**” de texto, ou seja, escrutinar o texto em termos de como se articulam diferentes gêneros, discursos e estilos e, assim, respectivamente, como os textos realizam ação/interação, representação e identificação. Por outras palavras, para os ECD, a análise textualmente orientada precisa possibilitar a análise social, ou seja, a análise interdiscursiva, de modo a tratar os textos em termos de seus efeitos nas relações de poder e dominação, em contextos de desigualdade, exploração e exclusão (ALVES, 2021, p. 133).

Isso porque, cumpre retomar, para os Estudos Críticos do Discurso, **linguagem e sociedade** estabelecem uma relação de tal ordem que uma é constitutiva e constituinte da outra. Assim, como enfatiza Rios (2010, p.95), uma das tarefas das pesquisas discursivas críticas “é explorar as determinantes sociais nos eventos discursivos, desmistificando assim os efeitos ideológicos veiculados pela linguagem”. Isso significa que para os ECD textos, como elementos de eventos sociais, têm **efeitos causais**, potencialmente produzem ou constroem mudanças. Desse modo, tendo por fundamento pressupostos do realismo crítico, os ECD consideram que tais efeitos causais não ocorrem de modo automático e tampouco regular, visto que são muitos os fatores, quer de constrangimentos quer de possibilidades, que podem ativar ou não tais efeitos causais.

Nesse sentido, é preciso que pesquisadores/as engajados/as em pesquisas discursivas críticas assumam o trabalho da análise interdiscursiva para refletir criticamente sobre textos produzidos e consumidos na e sobre a realidade social investigada. Isso significa, como assina Alves (2021), que o trabalho de pesquisa precisa se ocupar tanto do aspecto discursivo, ou seja, como os efeitos discursivos realizados são gerados, por isso precisa concentrar-se nas complexidades dos mecanismos do estrato do realizado; quanto do aspecto crítico, ou seja, das relações entre a semiose/ linguagem e o mundo material e social, o que quer dizer, das causas e efeitos sociais dos textos produzidos e consumidos numa dada realidade social, direta ou indiretamente, relacionada ao problema investigado.

## 4. Os Estudos Críticos do Discurso e a Pesquisa Qualitativa

A fim de garantir consistência e coerência aos Estudos Críticos do Discurso, haja vista sua complexidade, já que é uma abordagem teórico-metodológica, a Pesquisa Qualitativa de cunho etnográfico e perspectiva crítica configura-se para as pesquisas discursivas críticas não só uma orientação metodológica obrigatória, mas uma exigência ética, como propõe Alves (2018; 2021).

Essa proposição converge com o que advogam Chouliaraki e Fairclough (1999, p.66), visto que para os autores o trabalho de análise discursiva deve ser considerado como apenas um aspecto da pesquisa qualitativa em práticas sociais, de modo que se deve trabalhar a análise discursiva crítica integrada a outros métodos científicos sociais, sobretudo, à etnografia. Isso porque “às vezes pode ser muito difícil ‘reconstruir’ a prática em que um discurso está localizado e alcançar o sentido apropriado de como o discurso figura nessa prática”.

Desse modo, segundo Alves (2018; 2021), a **Pesquisa Qualitativa**, sob essa perspectiva, implica uma abordagem naturalista, interpretativa sobre e para o mundo. Significa dizer que, segundo Denzin e Lincoln (2006), o/a pesquisador/a estuda, não apenas “sobre” e “para”, mas, sobretudo, estuda “com” os participantes o problema social investigado “em seus cenários naturais” para, então assim, entender e interpretar os aspectos problemáticos da realidade, considerando os significados que as pessoas lhes conferem. Isso porque, segundo os autores, um dos mais importantes objetivos do/a pesquisador/a das ciências sociais é “relacionar a pesquisa qualitativa às esperanças, às necessidades, aos objetivos e às promessas de uma sociedade democrática livre” (DENZIN e LINCOLN, 2006, p.17).

### 4.1 O enquadre analítico da crítica explanatória

Os Estudos Críticos do Discurso assumem que a análise das práticas sociais é “teoricamente coerente e metodologicamente efetiva porque permite conectar a análise das estruturas sociais à análise da (inter) ação” (FAIRCLOUGH, 2000, p. 11). A fim de dar consequência a essa assunção, e, assim, a garantir coerência ao “desenho” do percurso do trabalho de investigação, ou seja, ao planejamento da pesquisa, em Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 59-66), com base em Bhaskar (1986), está proposto o “**enquadre**

**analítico da crítica explanatória**”, cujos tópicos podem ser vistos como estágios em pesquisas discursivas críticas, embora, conforme ressaltam os autores, tais estágios não sejam todos necessariamente cumpridos na ordem em que eles estão apresentados.

O enquadre analítico, segundo defendem os autores, guarda coerência com os estudos discursivos críticos como método, considerando-se seu caráter aberto à integração com outras perspectivas teóricas e metodológicas e, assim, à mudança, com vistas a favorecer que sua aplicação possa ser estendida a diferentes áreas da vida social. Cumpre ressaltar que o “enquadre é bastante complexo e para propósitos analíticos específicos podem-se focar em algumas partes em vez de outras”. Entretanto, advertem os autores que a complexidade envolvida no enquadre é necessária para “operacionalizar” a posição teórica assumida (CHOULIARAKI; FAIRCLOUGH, 1999, p. 59).

Isso posto, passo a apresentar, então, os cinco tópicos da crítica explanatória como propostos pelos autores. O primeiro passo é a percepção de um “problema” que tanto pode estar dentro da prática social ou da rede de práticas per se como da construção reflexiva dessa prática ou rede de práticas. Os autores enfatizam que o problema social parcialmente discursivo, geralmente, envolve relações de poder, assimetria na distribuição de recursos materiais e/ou simbólicos em práticas sociais, naturalização de discursos particulares como se fossem universais, ou seja, como se fossem “verdades” incontestáveis.

O segundo passo proposto é a identificação dos “obstáculos para a superação do problema”, isto é, a identificação de aspectos problemáticos de elementos da(s) prática(s) social(is) ou rede(s) de práticas que sustentam o problema e que constroem a possibilidade de mudança. Nesse passo, estão propostos três tipos de análises que atuam juntas: i) análise de conjuntura, da configuração das práticas sociais relacionadas ao problema ii) análise da prática particular, cuja atenção é voltada para as relações entre discurso e os outros momentos da prática e iii) análise do discurso, orientada tanto para a estrutura, voltada para as ordens de discurso, como para a interação, voltada para a análise linguística de recursos utilizados no texto e sua relação com a prática social.

O terceiro passo é a “função do problema na prática”, nesse passo, é preciso verificar se há uma função particular para o aspecto problemático do discurso, ou seja, é preciso avaliar também a função do problema nas práticas e rede de práticas e como o discurso figura nessas práticas. O quarto passo é o

momento do levantamento dos “possíveis modos de ultrapassar os obstáculos”, ou seja, nesse estágio do trabalho, é preciso explorar as possibilidades de mudança e de superação dos obstáculos identificados durante o segundo passo. O quinto e último passo é o momento que dá ênfase à “reflexão sobre a análise”, já que toda pesquisa crítica deve ser reflexiva. Por isso é necessário que o/a pesquisador/a relacione, num exercício reflexivo, “o fazer científico-acadêmico”, ou seja, “o fazer pesquisa discursiva crítica” à prática ou rede de práticas analisadas, de modo a refletir sobre as limitações e as potencialidades de todo o processo de pesquisa e análise, como assinala Alves (2021). A fim de melhor ilustrar, apresento a seguir um quadro síntese da proposta do enquadre analítico da crítica explanatória.

### Quadro 1 - Enquadre analítico da crítica explanatória

1) Um problema (atividade, reflexividade)
2) Obstáculos a serem enfrentados/abordados a) Análise da conjuntura; b) Análise da prática em seu momento discursivo.  (i) práticas relevantes? (ii) relação do discurso com outros momentos? - discurso com parte da atividade - discurso e reflexividade c) Análise do discurso  (i) análise estrutural: a ordem do discurso (ii) análise interacional - análise interdiscursiva - análise linguística e semiótica
3) Função do problema na prática particular
4) Possíveis formas de ultrapassar os obstáculos
5) Reflexão sobre a análise

Fonte: elaboração própria com base em Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 60)

Desse modo, orientando-se pelo enquadre da crítica explanatória, o/a pesquisador/a pode se engajar no planejamento de sua pesquisa. Isso porque, a proposta do enquadre, como já abordado, possibilita coerência entre as dimensões ontológica, epistemológica e metodológica.

Assim, no primeiro passo, em que é selecionado o “**problema social parcialmente discursivo**” de que se ocupará a investigação,



é preciso que o/a pesquisador/a dê materialidade linguística ao problema selecionado, ou seja, que o firme textualmente. Como exemplo, a seguir apresento o problema social parcialmente discursivo que investiguei em minha pesquisa de mestrado, a saber, estudantes universitários, na posição de estagiários em uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação, recorrentemente, são designados para atividades meramente operacionais, de modo a suprir carência profissional da instituição, o que não favorece a efetivação do estágio como espaço formativo no contexto de uma instituição pública vinculada à educação (ALVES, 2013).

Uma vez textualmente definido o problema, é preciso, então, engajar-se, reflexivamente, para elaborar e eleger as **questões de pesquisa**, necessariamente, relacionadas ao problema social. Isso porque, é importante frisar, a abordagem dos ECD não trabalha com hipótese. Para guardar coerência entre aspectos epistemológicos e metodológicos, pesquisas em ECD partem de um problema social parcialmente discursivo e, assim, realizam todo o trabalho perseguindo as questões de pesquisa, ou seja, a investigação produzirá conhecimento para responder às questões tais como definidas. Cumpre elucidar que as questões de pesquisa devem ser textualmente materializadas como perguntas.

Eleitas, pois, as questões de pesquisa, é preciso, então, em observância tanto ao problema social como às questões de pesquisa, traçar os **objetivos da pesquisa**, ou seja, definir o que se almeja alcançar com o trabalho de investigação. Quanto aos objetivos, devem ser iniciados textualmente por verbos no infinitivo, como investigar, analisar, identificar, mapear, escrutinar, desvelar.

Uma vez definida de modo coerente essa tríade – problema social parcialmente discursivo, questões de pesquisa e objetivos de pesquisa – será possível ao/à pesquisador/a, orientando-se pelos passos seguintes, engajar-se no planejamento e na realização da pesquisa. Tal engajamento implica um encadeamento, por assim dizer, de tomada de decisões de natureza ontológica voltadas à assunção de pressupostos basais, que, por sua vez, leva à tomada de decisões de ordem epistemológica voltadas à reflexão e sustentação teórica e que, por conseguinte, aponta para tomada de decisões metodológicas voltadas ao planejamento da pesquisa, ou seja, à definição de perspectiva metodológica, de caminhos e estratégias de geração de dados e sua sistematização e à realização do trabalho de análise do *corpus* ou *corpora*<sup>8</sup>.

---

<sup>8</sup>Corpora – um conjunto de corpus de naturezas diferentes.

Isso posto, importa enfatizar que, para pesquisas em ECD, “não há planejamentos de pesquisa pré-moldados; ao contrário, há múltiplas opções de métodos” para geração de dados, construção de corpus ou corpora e realização do trabalho de análise do corpus/corpora. O/A pesquisador/a precisa se engajar na construção de um desenho metodológico coerente para sua pesquisa (RESENDE, 2009, p. 57).

## **4.2 O texto como material de Pesquisa**

A abordagem teórico-metodológica dos Estudos Críticos do Discurso configura-se um referencial fértil e aberto a interações com diferentes campos do conhecimento capaz de prover embasamento teórico e recursos metodológicos para a realização de pesquisas qualitativas que tomam como principal material empírico de análise o texto. Textos de diversos gêneros discursivos como reportagens, notícias, artigos de opinião, leis, decretos, súmulas, entrevistas, narrativas de vida, anúncios publicitários, publicações nas chamadas redes “sociais”, entre inúmeros outros.

Isso porque, como já discutido, os ECD se ocupam, sobremaneira, de efeitos ideológicos que sentidos de textos, potencialmente, tenham sobre as relações sociais, ações, construções identificacionais, sobre pessoas e sobre o mundo material, ou seja, sobre uma dada realidade, operando pela manutenção de projetos de dominação e exploração, de assimetrias de poder, de conhecimento, desigualdades de recursos e de oportunidades, de exclusão. Entretanto, aos ECD também importam os efeitos contraideológicos de sentidos de textos que, potencialmente, operem na direção da contestação, da resistência, da democratização e equidade de acessos a bens materiais e simbólicos, de projetos orientados para a inclusão, para a mudança e para a justiça social. Em síntese, os ECD oferecem sustentação científica para pesquisas que tenham interesse sobre o papel do discurso em relação a um dado problema social, isto é, para investigações que tenham por objetivo compreender um problema social por meio de sua faceta discursiva.

Isso posto, cumpre apresentar, sumariamente, os dois principais “caminhos” epistemológicos de delineamento do trabalho de investigação que toma o texto como material de pesquisa: a perspectiva da pesquisa etnográfica e da pesquisa documental.

## 4.2.1 A pesquisa etnográfica

A pertinência da etnografia, sobretudo, da etnografia crítica para estudos sobre a linguagem é assinalada por inúmeros estudiosos/as e analistas do discurso, entre os quais, com já discorrido neste texto, Chouliaraki e Fairclough (1999). Assim, por oportuno, destaco a reflexão de Rios (2006/2007, p.66) a respeito dessa relação entre os campos da etnografia e dos estudos discursivos críticos, a saber, a “etnografia introduziu nas ciências da linguagem uma dimensão epistemológica inescapável. Busca atores reais em eventos reais, utilizando códigos comunicativos reais com efeitos reais em mundos da vida reais”. Como sublinha o estudioso, a etnografia constrói o conhecimento por meio do diálogo, já que é interação entre, pelo menos, duas pessoas – o/a pesquisador/a e o/a(s) participante(s). Por essa razão, o autor pontua que o trabalho etnográfico exige “uma convivência mais ou menos extensiva com os participantes em seu meio” e exige também construções identificacionais para o/a pesquisador/a e para as/os participantes da pesquisa. Isso porque a interpretação dos dados do campo são reconstruções de sentidos de ambos, pesquisador/a e participante. Não são, portanto, meramente aplicações de princípios interpretativos. Essas reconstruções historicizam os dados, já que, como conclui Rios (2006/2007), o contexto mediador com suas significações no momento da geração de dados é parte integrante da interpretação dos dados.

Pesquisas sociais, entre as quais se inserem pesquisas discursivas críticas, envolvem o estudo da geração de dados de variadas naturezas, como textos e artefatos que fazem parte das **práticas de pesquisa**, ou seja, do desenho das estratégias de geração de dados, entre os quais, destacam-se entrevistas (semiestruturadas, (des)centradas<sup>9</sup>), notas de campo, narrativas de vida, estudos de caso, grupos focais, grupos de discussão, rodas de conversa. Assim, importa sublinhar que o/a pesquisador/a das ciências sociais pode se valer de uma ampla variedade de práticas de pesquisa interligadas, a fim de tentar compreender melhor a complexidade da vida social. Para tanto, como bem ressaltam Denzin e Lincoln (2006), a escolha dessas práticas, em especial, das estratégias de geração de dados, depende das perguntas feitas e as perguntas dependem de seu contexto.

No que concerne às pesquisas sociais que adotem a

---

<sup>9</sup>Estratégia metodológica proposta em Alves (2021).

abordagem dos ECD, cumpre acrescentar e enfatizar, as escolhas das práticas de pesquisa, das estratégias de geração e dos respectivos instrumentos (por exemplo, roteiro para entrevistas), dependem das questões de pesquisas a serem respondidas e dos objetivos a serem alcançados, e ambos, dependem do problema social parcialmente discursivo de que se ocupa a pesquisa. É por essa razão que os ECD postulam que as escolhas metodológicas não podem ser definidas a priori.

#### **4.2.2 A pesquisa documental**

A pesquisa documental toma, como principal material empírico, textos produzidos nos mais diversos domínios e que já circulam nos mais diferentes contextos, como por exemplo textos jurídicos, textos oficiais, textos midiáticos, cuja produção pressupõe conhecimento especializado e letramento dominante; como também, por exemplo “publicações” em redes sociais, “comentários de leitores” em veículos midiáticos, cuja produção não pressupõe nem conhecimento especializado nem letramento dominante.

Na pesquisa documental, a seleção dos textos com vistas à geração de dados e a composição de corpus ou corpora, requererá do/a pesquisador/a um conjunto de tomadas de decisão relacionadas, sobretudo, à definição de critérios de seleção dos textos. Cumpre, então, reiterar, essas tomadas de decisão, as definições dos critérios de seleção de textos e geração dos dados e de constituição do corpus/corpora dependem das questões de pesquisas e dos objetivos, os quais, dependem, necessariamente, do problema de pesquisa.

Por isso, importa reforçar, para pesquisas que se orientem pela abordagem teórico-metodológica dos ECD, as escolhas metodológicas não podem ser definidas a priori. Uma pesquisa nas Ciências Sociais pode, portanto, a depender da “tríade” (problema social parcialmente discursivo, questões de pesquisa e objetivos), optar tanto pelo “caminho” da pesquisa etnográfica como pelo “caminho” da pesquisa documental, ou ainda, pode optar por conjugar os dois “caminhos” a fim de dar conta da complexidade da realidade investigada.

#### **4.3 A análise linguístico-discursiva para a crítica social**

Dada a perspectiva crítica assumida pelos Estudos Críticos do Discurso, cumpre enfatizar que também as categorias de análise

não podem ser definidas a priori. Assim, pesquisas em ECD assumem que as categorias emergem dos dados, considerando-se a “tríade” (as questões de pesquisa e os objetivos decorrentes, os quais se orientam pelo problema social parcialmente discursivo sob investigação). Assim, para a análise interdiscursiva do corpus ou dos corpora, o/a pesquisador/a operacionalizará, à luz dos Estudos Críticos do Discurso, as categorias linguístico-discursivas que se mostrarem mais férteis, mais produtivas ao corpus ou aos corpora da pesquisa, ou seja, as categorias mais recorrentes e, sobretudo, mais significativas para responder às questões de pesquisa e desvelar os aspectos problemáticos da realidade social em estudo.

### 4.3.1 Categorias de análise

Nos estudos críticos do discurso, a análise textualmente orientada precisa possibilitar a análise social que se realiza pela análise interdiscursiva, que, como já explanado, opera por duplo foco. Assim, como advoga Alves (2021),

[...] o trabalho de análise exige que os textos sejam considerados em termos de seus efeitos – orientados para legitimação/manutenção ou para contestação/mudança – nas relações assimétricas de poder, nas práticas de exploração e dominação, nas estruturas de desigualdade e de exclusão (ALVES, 2021, p. 157).

Desse modo, tomando-se a “tríade”, em especial o problema de pesquisa, o/a pesquisador/a definirá sobre qual ou quais do(s) significados do texto (significados representacional, identificacional e/ou acional - já abordados) lançará foco. Tendo também em conta, como bem assinala Fairclough (2003), que a relação entre os momentos de ordens de discurso é dialética, isto é, gêneros/(inter)ação, discursos/representação e estilos/identificação internalizam-se sem se reduzirem uns aos outros e se realizam nos diferentes traços (lexicais, gramaticais e semânticos) de texto.

Destarte, como ressalta Alves (2021, p. 157), realizar de modo efetivo e coerente a análise interdiscursiva demanda que o trabalho analítico conjugue os dois focos, a saber, i) “olhar textos específicos como a parte semiótico-discursiva de eventos sociais, escrutinando como os significados do discurso são realizados nos traços de textos” e ii) “relacionar esses textos a práticas sociais ou redes de práticas, desvelando como diferentes gêneros, discursos e estilos se articulam nesses textos”.

Isso posto, é preciso elucidar o que, nos ECD, entendemos por categoria analítica. Assim, categorias analíticas são “lentes”, “lupas”, por assim dizer, que permitem ao/à pesquisador/a escrutinar e analisar dados da realidade e produzir conhecimento. As **categorias de análise** dos Estudos Críticos do Discurso são

[...] conceituações socialmente orientadas que apontam para modos de representar, identificar e (inter)agir textualmente. Aplicadas sistematicamente, as categorias analíticas possibilitam o entrelaçamento do foco duplo e, assim, por meio das práticas e/ou rede de práticas apontar para estrutura e agência em suas complexas relações, ou seja, desvelar entrecruzamentos entre o discursivo e o não discursivo (ALVES, 2021. p. 157).

Como para pesquisas críticas discursivas as categorias analíticas não podem ser definidas a priori, visto que elas, necessariamente, emergem dos dados, pelos fundamentos já expostos, apresenta-se, dados os limites desse texto, no anexo A, uma seleção de categorias linguístico-discursivas proposta em Alves (2021), que, como é óbvio, não esgota o repertório de categorias de análise<sup>10</sup> dos ECD.

### **4.3.2 Análise interdiscursiva de um recorte de corpus – exemplificando**

Nesta seção, a título de exemplificação da aplicação de categorias analíticas dos Estudos Críticos do Discurso, está proposto um recorte do trabalho de análise interdiscursiva realizado em minha pesquisa de mestrado (ALVES, 2013), cujo problema social fora explicitado acima.

Em um dos capítulos de análise, organizei o trabalho de análise discursiva acerca das representações das práticas sociais relacionadas ao estágio de estudantes universitários. Assim, em observância “a complexidade ontológica e epistemológica e com base nessa proposta integradora para a análise textual e discursiva, a fim de guardar correspondência com a dimensão metodológica”, decidi por desenvolver uma análise descendente, ou seja, organizei o corpus, partindo de critérios macros para os micros para realizar o trabalho analítico. Desse modo, sistematizei o corpus em “macrocategorias semânticas” e “categorias semânticas”, que, por terem emergido dos dados, organizaram as representações a partir de discursos que atualizam.

---

<sup>10</sup>Para aprofundamentos ver Fairclough (2003).

Quanto às categorias linguístico-discursivas, para o corpus daquele capítulo se mostraram férteis a avaliação – do significado identificacional; a representação de atores sociais e a representação de ações sociais – com a qual fora operacionalizado o sistema de transitividade da LSF – e a escolha lexical – do significado representacional (ALVES, 2013, p. 62).

Apresento, então, um recorte composto por 4 (cinco) excertos organizados em duas categorias semânticas do trabalho analítico realizado, como já evidenciado, em minha dissertação de mestrado, sob o título “Práticas Sociais E Discursos Do Letramento: Estágio De Estudantes Universitários – Possibilidades E Constrangimentos” (ALVES, 2013).

### O estágio como conexão de domínios

Excerto 1

**Gissele:** O que é o estágio?

**Miguel:** O estágio é uma oportunidade de ingressar numa empresa ... e traduzir o que você tá estudando na faculdade, na escola... no dia a dia.

A escolha lexical na representação construída para uma instituição - locus das práticas sociais e discursos do letramento relacionados ao estágio, a saber, “empresa” atualiza discursos capitalistas a respeito do trabalho e carrega em si várias relações semânticas. Ao fazer escolhas lexicais como “ingressar”, “empresa”, “traduzir”, “faculdade”, “escola”, “dia a dia” o estagiário estabelece tanto a distinção entre os domínios da escola e do trabalho como constrói, por meio desse encadeamento lexical, a representação ideal do estágio como oportunidade de conexão, de interseção entre esses domínios.

Essa representação se dá pela ocorrência de modalidade epistêmica categórica, de alto nível de envolvimento, a única ocorrência entre os entrevistados a respeito da representação do estágio, assinala-se. O estagiário, por meio do processo relacional atributivo “é”, imputa ao que declara forte estatuto de verdade, ao tempo que constrói relações semânticas entre o portador “O estágio” e o atributo “uma oportunidade”, atribui, pois, uma característica ao portador. Esse portador está determinado pelo artigo “o”, o estagiário ao definir o tema de que tratará expressa a importância do tema para si, constrói assim uma avaliação positiva sobre o estágio. Já a característica atribuída ao portador está indeterminada “uma oportunidade”, o que sugere forte marca de pressuposição de que há outras, ou pelo menos, outra forma/opportunidade de ingresso “numa empresa”. Mas, na representação do jovem, a modalidade epistêmica categórica sugere que “O estágio” é uma forma importante de ingresso “numa empresa”.

### O estágio como espaço limitado/limitador

Excerto 15

**Giselle:** Quais eram as expectativas ao ingressar?

**Pedro:** As expectativas que eu tinha era de aprendizado mesmo, de aprender... de pegar aquela matéria que você estuda na faculdade e aplicar no seu dia a dia.. era essa a expectativa que eu tinha.

**Giselle:** E você julga que elas foram atingidas...parcialmente atingidas... não atendidas...??

**Pedro:** Não atendidas, assim, não que seja ruim... não é isso... assim... mas as expectativas que eu tinha anteriormente de tá aplicando no dia a dia o que tô aprendendo... não tenho aplicado aqui no serviço público...

Excerto 16

**Giselle:** Assim, você já tem três meses, como é que você percebe as atividades que são desenvolvidas pelos estagiários...?

**Pedro:** As atividades são atividades rotineiras... atividades assim... que você faz num dia, também faz no outro... É uma atividade que as pessoas... assim que eles dão pra você... depende assim do lugar que você está... vamos supor, o Emanuel que é o estagiário que está ali dentro da sala do coordenador, e tudo ali... ele tem uma função que é mais... como posso dizer mesmo... mais dinâmica, porque ele tem acesso a isso, a documentos... às coisas, à vida ali que acontece ali dentro... então ele é mais dinâmico, ele faz mais as coisas... ele participa mais do dia a dia da coordenação do que eu... eu, como eu tô lá no pedagógico... a minha função é mais de telefonema... eu... às vezes ajudo eles lá... mas eu mexo mais com arquivamento de processo... uma coisa que não é tão dinâmica... é mais maçante... mesmo... eu fico ali, não tem a saída do prédio e... a todo momento que nem o Emanuel tem... então assim, ele é o que mais tem, mas os outros estagiários têm um serviço mais burocrático...

Excerto 17

**Giselle:** Você tá me dizendo que haveria a possibilidade sim de desenvolver algum trabalho no âmbito do estágio que atendesse ao mesmo tempo as necessidades do órgão e também os interesses e as expectativas do estágio relacionado à sua área de formação.

**Pedro:** Não, do estágio não.

**Giselle:** Não? Do estágio não?

**Pedro:** Não, não, eu acho que no estágio, não. Igual como eu disse, nas, nos cargos mais altos, eu acho que sim... agora, no estágio, eu acho que é bem diferente do que o curso ensina... é bem diferente do que é aplicado no estágio aqui... eu acho que não é possível. Acho assim... é um trabalho que você aprende várias coisas relacionadas a muitas coisas interessantes... mas aplicado ao que o curso passa... é muito pequeno...



eu acho assim, pode ter assim.. alguma coisa relacionada ao comportamento organizacional... a... alguma coisa relacionada à RH, alguma coisa...administração pública.... Mas é bem pequena... assim... são poucas matérias que estão relacionadas, que eu posso desenvolver aqui...

**Gissele:** Como estagiário?

**Pedro:** Como estagiário, com as matérias que eu aprendo...

**Gissele:** Mas você julga que dirigentes, coordenadores, diretores, poderiam desenvolver esses trabalhos?

**Pedro:** Sim... mais... eu acho que eles podem colocar em prática mais conteúdos do que os estagiários.

**Gissele:** Entendo, então na verdade... faltaria espaço para que o estagiário desenvolvesse esse trabalho?

**Pedro:** Sim. Sim. Pode-se dizer que sim... pode-se dizer que o estagiário está limitado em algum serviço... ou pela escala também, né... de..., pela pirâmide também que os trabalhos são feitos...vamos dizer assim, que ai, acaba que o estagiário fica com o trabalho mais.... É... esqueci a palavra eu eu poderia dizer... mas... o trabalho mais...

**Gissele:** Operacional?

**Pedro:** É... operacional mesmo... é... exatamente...

No excerto 15, o emprego dos processos no tempo passado “tinha”, “era” evidencia que as expectativas acerca do estágio de “aprendizado mesmo, de aprender” não foram satisfatoriamente atendidas, o que é intensificado pela circunstância “mesmo”. O estagiário ao declarar que suas expectativas não foram atendidas, faz uma ressalva “não que seja ruim... não é isso”, contudo, reforça e desenvolve a afirmação de que “as expectativas que eu tinha anteriormente de tá aplicando no dia a dia o que tô aprendendo... não tenho aplicado aqui no serviço público”. Essa representação apresenta fortes indícios de que há limitações no espaço do estágio à efetivação de conexão de saberes e domínios.

Tais indícios são também evidenciados nos excertos 16 e 17. No excerto 16, o estudante representa as atividades desenvolvidas pelos/as estagiários/as como “atividades rotineiras” e desenvolve “Atividades assim... que você faz num dia, faz no outro”, há nessa representação uma forte marca de avaliação negativa, ativada não por marcadores explícitos, mas pela escolha lexical “rotineiras”, o que é reforçado pela ideia de repetição e de mecanicidade em “que você fez num dia, faz no outro”. Ainda que o estagiário represente que em outro espaço da diretoria, em outra coordenação o colega tenha “uma função que é mais... como posso dizer mesmo... mais dinâmica”, que “ele faz mais as coisas...”, ao voltar-se para seu espaço e suas atividades exemplificando as referidas atividades rotineiras, em “a minha função é mais de telefonema... eu... às vezes ajudo eles lá... mas eu mexo mais com arquivamento de processo... uma coisa que não é tão dinâmica... é mais maçante... mesmo,

estabelece comparação entre os espaços de estágio na diretoria e ao fazê-lo, evidencia de forma mais contundente sua avaliação sobre as atividades que desenvolve por meio da escolha lexical “maçante”, intensificada pela circunstância “mesmo”, envolvendo-se fortemente, imputando estatuto de verdade ao que declara. E conclui afirmando que com exceção de um colega, “os outros estagiários têm um serviço mais burocrático...” representando, assim, o espaço do estágio na diretoria como preponderantemente um espaço que limita a agência do/a estagiário/a.

No excerto 17, ao responder se seria possível desenvolver algum trabalho que atendesse as expectativas do estágio relacionadas à área de formação, Pedro nega categoricamente “Não, do estágio não.”, o que sugere alto grau de envolvimento com o que declara. A fim de justificar e referendar a negativa categórica, em “(...) nas, nos cargos mais altos, eu acho que sim... agora, no estágio, eu acho que é bem diferente do que o curso ensina... é bem diferente do que é aplicado no estágio aqui”, Pedro faz uso da marca de subjetividade “eu acho”, da circunstância “agora” para ressaltar a oposição que constrói e da repetição da oração relacional “é bem diferente” e, ainda, sumariza com “eu acho que não é possível.”, o que reitera seu alto envolvimento ao imputar estatuto de verdade ao que declara.

Do mesmo modo, quando perguntado se faltaria espaço para que o estagiário desenvolvesse trabalhos relacionados à área de formação, Pedro afirma categoricamente “Sim. Sim”, ainda que use de modalização a seguir “Pode-se dizer que sim...” para afirmar que “o estagiário está limitado em algum serviço”, apresenta possíveis causas dessa limitação “ou pela escala também, né... de..., pela pirâmide...”, faz uso da metáfora da escala e da pirâmide, o que sugere que, em sua percepção numa estrutura hierárquica, o/a estagiário/a estaria na posição mais inferior, mais desprestigiada, o que é tornado mais evidente em “acaba que o estagiário fica com o trabalho mais.... (...) operacional mesmo, é exatamente...”, já que o/a estagiário/a é representado/a nesse trecho como paciente, o uso do processo “acaba que” denuncia que não há espaço para sua agência, o estagiário sofre a ação, esta representada aqui quase como uma fatalidade, não há margem de escolha, “(...) o estagiário fica com o trabalho mais ... operacional”, ideia intensificada pelas circunstâncias “mesmo” e “exatamente”. As representações desse ator social são bastante significativas, pois evidenciam fortes indícios de que há fatores que constroem à agência e, assim, a efetivação do caráter formativo do estágio.

Por fim, cumpre reafirmar e confirmar o caráter fecundo da abordagem teórico-metodológica dos Estudos Críticos do Discurso para pesquisas qualitativas de cunho crítico engajadas em investigar problemas sociais em diferentes campos de estudo, entre os quais,

a sociologia, a comunicação, o direito, a educação e, sobretudo, a educação profissional e tecnológica. Importa, pois, reiterar que a análise interdiscursiva porque é textualmente orientada e sociologicamente embasada possibilita pesquisar o discursivo e não discursivo e, assim, as relações estabelecidas entre essas dimensões nas práticas sociais e redes de práticas relacionadas a uma dada configuração da vida social, como por exemplo, redes de práticas pertinentes à Educação Profissional e Tecnológica.

## 5. Referências

- ALVES, G. **Práticas Sociais e Discursos do Letramento: Estágio De Estudantes Universitários – Possibilidades e Constrangimentos**. 2013, 136 p. (Dissertação) Mestrado em Linguística – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- ALVES, G. Carta de algum lugar do futuro: narrativas de cunho biográfico: Estratégia de geração de dados – uma proposta “desencaixada” e reflexiva. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v. 19, n 3, p. 145-163, 2018.
- ALVES, G. **Sistema de cotas sociais: a transposição da linha abissal – possibilidades e constrangimentos - Construções identificacionais e representações discursivas**, 2021, 374 p. (Tese) Doutorado em Linguística – Universidade de Brasília, Brasília, 2021.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- BHASKAR, R. **Scientific realism and human emancipation**. London: Verso, 1986.
- BHASKAR, R. **The possibility of Naturalism**. A philosophical critique of the contemporary Human Sciences. Hemel Hempstead: Harvester Wheatsheaf, 1989.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in late modernity**. Rethinking critical discourse analysis. Edinburgh: Edinburgh University Press, 1999.
- DENZIN, N; LINCOLN, Y. **O planejamento da pesquisa qualitativa**. Tradução Sandra Regina Netz. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- DIAS, J.F. Analistas de Discurso e sua Prática Teórica e Metodológica. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, Brasília, v.12 (2), 2011.
- DIAS, J. F. **A linguagem do Parto: discurso, corpo, identidade**. Campinas: Pontes, 2015.

- FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. New York, Longman, 1989.
- FAIRCLOUGH, N. **Discourse, Social Theory, and Social Research: The Discourse of Welfare Reform**. In: Journal of Sociolinguistics, 2000. Disponível em: <<http://ccs.ukzn.ac.za/files/Discourse,.pdf>> Acesso em: 03 dez. 2011
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Tradução Isabel Magalhães. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001 [1992].
- FAIRCLOUGH, N. **Analysing discourse: Textual analysis for social research**. London: Routledge, 2003.
- FAIRCLOUGH, N. **Critical discourse analysis**. The critical study of language. 2nd ed. London: Longman, 2010 [1995].
- FAIRCLOUGH, N. Discourse Analysis in Organization Studies: the case for critical realism. **Organization Studies**, v. 26, n. 6, p. 915-939, 2015.
- FAIRCLOUGH, N.; JESSOP, B.; SAYER, A. Critical realism and semiosis. In: FAIRCLOUGH, N. **Critical discourse analysis. The critical study of language**. 2nd ed. London: Longman, 2010[1995].
- GRAMSCI, A. **Concepção dialética da história**. Trad. Carlos Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- GIDDENS, A. **Dualidade da Estrutura: Agência e Estrutura**. Oeiras: Celta, 2000.
- HALLIDAY, M. A. K; MATTHIESSEN, C. **An introduction to functional grammar**. 3rd ed. London: Arnold, 2004.
- MAGALHÃES, I. **Eu e o tu: a constituição do sujeito no discurso médico**. Brasília: Thesaurus, 2000.
- RAMALHO, V.; RESENDE, V. M. **Análise de Discurso (para a) Crítica: o texto como material de pesquisa**. Campinas, SP: Pontes, 2011.
- RESENDE, V. M. **Análise do Discurso Crítica e Realismo Crítico**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2009.
- RESENDE, V. M. (org.). **Decolonizar dos Estudos Críticos do Discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.
- RIOS, G. **Discurso e Etnografia na Pesquisa sobre Letramento na Comunidade**. In: Cadernos de Linguagem e Sociedade, vol 8, 2006/2007.
- RIOS, G. V. **Literacy Discourses: A sociocultural Critique in Brazilian Communities**. Saarbrücken: VDM Verlag Dr. Müller, 2009.
- RIOS, G. V. Letramento, discurso e gramática funcional. **Cadernos de Linguagem e Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 167-183, 2010.

SILVA, T. T. (org.) **Identidade e Diferença**: a perspectiva dos Estudos culturais. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

SOUSA SANTOS, B. **Um discurso sobre as ciências**. São Paulo: Cortez, 2008.

THOMPSON, J. B. **Ideologia e cultura moderna**. Tradução C. Grisci et al. Petrópolis: Vozes, 1995.

VIEIRA, V. Perspectivas decoloniais feministas do discurso na pesquisa sobre educação e gênero-sexualidade. In: RESENDE, V. (org.) **Decolonizar dos Estudos Críticos do Discurso**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2019.

## ANEXO A

### Seleção de categorias linguístico-discursivas

Esta seleção de categorias analíticas compõe minha tese de doutoramento, sob o título “Sistema de cotas sociais: a transposição da linha abissal – possibilidades e constrangimentos - Construções identificacionais e representações discursivas” (ALVES, 2021, p. 158 – 164). Estão apresentadas as categorias linguístico-discursivas que se mostraram mais produtivas aos corpora da pesquisa. A fim de melhor elucidar, exemplifiquei por meio de um fragmento dos corpora cada uma das categorias operacionalizadas no trabalho.

#### Escolha lexical

A escolha lexical pode revelar, de maneira bastante evidente, traços de distinção de um discurso, uma vez que “discursos ‘nomeiam’ ou ‘lexicalizam’ o mundo de modos particulares.” Assim, visto que diferentes discursos representam o mundo diferentemente, é preciso lançar a lente para além dos modos atomísticos de lexicalização de aspectos do mundo, ou seja, o foco precisa alcançar as relações semânticas entre as palavras. Isso porque itens lexicais potencialmente “associados a diferentes discursos em um domínio particular da vida social podem ser parcialmente diferentes, mas é provável que se sobreponham substancialmente.” (FAIRCLOUGH, 2003, p. 129-131) Por outras palavras, discursos diferentes podem ser mobilizados pela materialização das mesmas palavras, como por exemplo “cotas” e “ampla concorrência” usadas tanto em discursos a serviço da manutenção do acesso restrito como em discursos pela democratização do acesso à educação superior pública.

Um exemplo: “é um grande avanço cotas”

#### Metáfora

As metáforas são realizações que se dão pelo emprego

de palavras ou expressões que representam uma parte do mundo e que, numa dada materialização, são estendidas a outro(s) aspecto(s) do mundo. A metáfora é um recurso para realizar representações distintas do mundo. Assim metáforas ou uma combinação particular de diferentes metáforas podem ajudar a diferenciar discursos, como destaca Fairclough (2003, p. 131-132).

Um exemplo: “[...] a gente tem poucos professores negros. E...e...poucas professoras negras e isso é...é...lamentável... porque é uma geração que é fruto de uma política que embarreirava.”

### **Representação de atores sociais**

A representação de atores sociais envolve uma série de escolhas a serem feitas e essas escolhas não são meras questões linguísticas, têm implicações discursivas. Essas representações dos atores sociais podem ser realizadas, entre outras formas, por inclusão/exclusão (atores podem ser colocados em destaque ou ofuscado e relegados ao segundo plano ou suprimidos); por uso de pronomes ou substantivos; por posição em relação à ação, se ativo ou passivo (o ator social é agente do processo ou afetado por ele); por pessoalização/impessoalização (atores podem ser impersonalizados; específico ou genérico; por nomeação ou classificação (o ator social pode ser representado pelo nome ou de acordo com uma categoria, por exemplo). Essas escolhas têm um significado social, sobretudo, em relação à representação da agência, como sublinha Fairclough (2003 p. 155).

Exemplificando: “na...universidade, que muitos professores, que tem uma tradição de universidade pública”

### **Interdiscursividade**

Textos potencialmente realizam relações dialógicas e/ou polêmicas entre os discursos que atualizam e articulam. A interdiscursividade, portanto, permite focar os discursos que são articulados ou não nos textos e os modos como são articulados e/ou mesclados com outros discursos. Assim, assumindo que discursos são representações particulares da realidade relacionados a interesses e projetos particulares, a análise da articulação de discursos em textos nos possibilita alcançar suas conexões com lutas hegemônicas mais amplas.

Exemplificando: “Não adianta manter uma universidade fechada e a população afastada em nome da meritocracia, e, de nada adianta, abrir a universidade e não preservar a meritocracia”

### **Avaliação**

A avaliação alcança não só os tipos de declarações chamados de afirmações avaliativas por meio das quais as pessoas expressam o que consideram bom, ruim, justo, injusto, importante ou não, portanto, desejável ou não, como por exemplo “as cotas são importantes”. São os “casos transparentes”. Mas a

avaliação inclui, também, outras formas mais ou menos explícitas ou implícitas de apreciações, julgamentos, percepções sobre aspectos do mundo. São “os casos opacos” por meio das quais os atores sociais comprometem-se com valores, como em “eu vejo que as cotas chegam com atraso”, de modo que potencialmente avaliação implica identificação e por ela é implicada.

Conforme destaca o autor com base em White (2001), a avaliação pode se realizar em “escalas de intensidade”. Assim, quando há no texto “marcadores textuais explícitos” - que são os “casos transparentes” – qualificadores, advérbios de juízo de valor, processos mentais afetivos se realizam em conjuntos semânticos que podem variar de baixa a alta intensidade. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 172)

Um exemplo “As cotas sociais eu seria mais a favor”

### **Modalidade**

Modalidade é uma questão de como as pessoas se comprometem quando fazem declarações, perguntas, ofertas ou demandas, que são as funções do discurso. Há diversas formas de realização de cada uma dessas funções com diferentes níveis de comprometimento.

A modalidade, portanto, é importante no processo de identificação, no sentido de que aquilo com o que uma pessoa se envolve é parte significativa do que ela é – logo as escolhas de modalidade nos textos podem ser vistas como parte de construções identificacionais. Dito de outro jeito, as formas de como representar o mundo, aquilo com que uma pessoa se compromete (o nível de envolvimento com a “verdade” do que declara ou de envolvimento que assume com a ação, por exemplo) implicam como uma pessoa se identifica em relação à/ ao(s) outra/o(s) com quem interage, logo, implicam sua agência. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 166)

No texto, embora modalidade se realize para além dos casos explícitos de modalização, há certos traços linguísticos que funcionam como marcadores de modalidade, entre os quais, verbos modais (poder, parecer, dever, estar); advérbios modais (certamente, provavelmente, possivelmente); presença de marcas subjetivas (“eu acho”, na 1ª pessoa) e a sua ausência (3ª pessoa).

Isso posto, apresento sucintamente os diferentes tipos de modalidade que podem ser associados a diferentes tipos de troca e funções de discurso, segundo Fairclough, (2003, p. 167-168)

a) Modalidade “Epistêmica” - troca de conhecimentos

Declarações: Envolvimento do “autor” com a verdade.

Perguntas: O autor deduz o envolvimento de outra pessoa com a verdade.

Exemplificando: “Eu acredito que, depois que você passa pelas cotas e você entra na UnB, a UnB te dá muito

aparato pra você...conseguir ficar.”

b) Modalidade “Deôntica” - troca de atividade

Demanda: Envolvimento do “autor” obrigação/necessidade

Oferta: Envolvimento do “autor” com a ação.

Exemplificando: “você tentará arrumar um emprego”  
“para poder pagar a mensalidade de uma faculdade particular”

### **Identificação**

Considerando que a identificação não é um processo puramente textual, não é somente uma questão de linguagem, como observa Fairclough (2003); assumo como uma das macrocategorias “construções identificacionais”. Ao fazê-lo reconheço o limite do que consigo acessar por meio materialidade textual da complexidade envolvida, sem descuidar do caráter reflexivo da agência que se implica a construções de identificação e de diferenciação, que são processos relacionais.

Esses processos de identificação e de diferenciação estão marcados por relações de força e poder e se implicam a interesses em disputa por diferentes grupos sociais posicionados assimetricamente, como assinala Silva, T. T. (2009). Assim, construções identificacionais e marcações da diferença, que implicam operações como a demarcação de fronteiras entre “nós e eles”, potencialmente estruturam a linha abissal cuja constituição é complexa e não linear, entre “cotistas’ e ‘não cotistas’”. Esse complexo não linear que configura a linha abissal divide e classifica as/os estudantes universitárias/os, construindo indicadores evidentes de posições sociais hierarquizadas, como “nós e eles”, “do centro/da periferia”, “do plano/da satélite”, ‘cotista’/‘não cotista’, em que um dos termos, não raro, recebe valoração positiva, enquanto o outro, carga negativa.

Um exemplo: “Os colegas, brancos, da Asa Norte, da Asa Sul, tinham seu carro. Eu sei que...ela, lá da Ceilândia, entendeu?”

### **Intertextualidade**

Qualquer texto potencialmente remete (-se) a um conjunto de outros textos e de outras vozes. A intertextualidade é, pois, a propriedade que têm os textos de articular fragmentos de outros textos Bakhtin (1997). É a combinação da voz da(s) autora(s) e dos(s) autores do texto com outras vozes cuja articulação pode ser tecida de diferentes modos, entre os quais, por meio do discurso direto, que, em tese, apresenta as palavras exatas de outro texto, como também por meio do discurso indireto, parafraseando, resumindo, ecoando.

Assim, a ausência ou a presença, em textos, de outros textos e vozes e também a natureza dessa articulação permitem explorar como discursos figuram na sociedade e a articulação que se realiza entre eles, assevera Fairclough (2001). A presença de



uma voz específica, e o modo como é articulada, ou a ausência de outra(s) voz(es) sinaliza o posicionamento do texto em lutas hegemônicas.

Exemplificando: “Não tem como eu tirar uma nota com alguém que tinha oitenta...é...que tira oitenta, que só tinha que... nem ele falou que...só assim...que ia só pro cursinho, a menina com... é...motorista... Não tem como!”

### **Pressuposição**

Pressuposições são significações potencialmente ideológicas, que podem ser ativadas por diferentes recursos linguísticos, embora nem todas sejam “marcadas” textualmente. O implícito é uma propriedade persuasiva do texto, portanto uma propriedade de importância social. Assim, os sentidos compartilhados e tomados como dados influenciam as formas de comunidade e de solidariedade, não raro, operando para a reprodução do estado de coisas. Segundo Fairclough (2001), são proposições tomadas e apresentadas no texto como já estabelecidas, como “dadas” pois, relações de poder são mais facilmente aceitas quando tomadas como “dadas”. As pressuposições, de acordo com o Fairclough (2003, p. 55), podem ser de três naturezas, quais sejam, as existenciais: ativações “do que existe”; as proposicionais: ativações “do que é, pode ser ou será” e as morais: ativações do que “é bom e desejável”. Como a luta por hegemonia é uma luta simbólica por universalizar sentidos particulares para, assim, conquistar e manter dominação, pressuposições, nessa perspectiva, operam para firmar consenso, normalização e aceitação das assimetrias de poder, suprimindo ou colocando entre parênteses as diferenças de sentido e normas. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 42-58)

Exemplificando: “em quatro anos, o número de cotistas nas federais deverá quase triplicar. [...] Ainda é desconhecido, porém, o efeito da cota de 50%”

### **Relações lógico-semânticas**

As relações interdiscursivas entre gêneros, discursos e estilos são realizadas como relações semânticas, que, por sua vez, são realizadas na materialidade linguística por relações gramaticais e lexicais. (FAIRCLOUGH, 2003, p. 38)

Assim, por meio da análise dessas relações semânticas muitas questões sociais podem ser desveladas, entre as quais, modos ideológicos de legitimação ou dissimulação, como também, modos contraideológicos de contestação e resistência. Logo, a análise da coesão textual é, sobremaneira, produtiva para trazer à baila como os discursos se articulam no texto, em diversos movimentos retóricos, por exemplo, a operar para a naturalização ou para o questionamento das desigualdades. Os mecanismos de coesão textual que estabelecem as relações lógico-semânticas mostram-se produtivas para evidenciar a filiação de um dado texto, se a lógica da aparência e a lógica

explanatória.

Desse modo, mostraram-se férteis à minha pesquisa os três tipos de relação lógico-semântica de expansão entre orações, propostos por Halliday (2004, p. 376-378), a saber,

Elaboração – a oração expande o significado de outra (re)apresentando com outras palavras a representação realizada, seja reafirmando, exemplificando, refinando, comentando ou especificando detalhes. Entre os traços linguísticos destacam-se: “por exemplo”, “ou seja”, “isto é”.

Extensão – a oração expande uma outra estendendo-lhe o significado para além do que fora representado, seja adicionando algo novo, apresentando-lhe alguma exceção ou oferecendo-lhe alguma alternativa. Entre as marcas linguísticas, sublinho: “e”, “mas”, “ou”, “ao invés de” etc.

Realce – a oração expande uma outra lhe qualificando o significado por alguma(s) traço(s) circunstancial(is), como de causa/razão, condição, finalidade, tempo, espaço. Entre as marcas, destaco: “porque”, “para”, “se”, “quando” etc.

Um exemplo: “você sempre teve vontade de fazer letras, porem sua maior vocação é medicina, e área da saúde”